



Omni Banco S.A.

CNPJ nº 60.850.229/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A., acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Sobre o Omni:** O Omni Banco S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Em 31 de dezembro de 2023, o Omni possui ativos totais de R\$ 4,9 bilhões, sendo R\$ 600 milhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 990 milhões. O patrimônio líquido em dezembro de 2023 e de R\$ 450 milhões (R\$ 423 milhões em dez/2022). O lucro líquido do exercício é R\$ 27,4 milhões (R\$ 134,1 milhões em dez/2022).

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	10	10
Instrumentos financeiros		4.621.035	4.620.614
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	3.439.869	3.005.397
Títulos e valores mobiliários	6	481.891	198.214
Relações Interfinanceiras	4 e 5.b	13.458	29.481
Operações de créditos	7	685.817	1.387.522
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(86.009)	(182.565)
Créditos tributários	12.b	190.697	189.555
Outros Ativos	8	139.830	177.031
Imobilizado em uso		184	184
(-) Depreciações	(17)	(134)	(134)
Intangível		38.950	38.950
(-) Amortização	(38.756)	(38.562)	(38.562)
Total do Ativo		4.865.771	4.805.083

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	9.a	4.350.864	4.303.311
Instituições financeiras		2.000	5.268
Depósitos		3.945.128	3.556.645
Letras financeiras		318.679	626.123
Dívidas subordinadas		85.057	115.275
Provisões	11	43.727	40.642
Contingências		43.727	40.642
Outros passivos	10.a	21.152	38.522
Fiscais e Previdenciárias		2.152	4.164
Outros passivos	10.b	19.000	34.358
Patrimônio líquido	14	450.028	422.608
Capital social		300.000	300.000
Reservas de lucros		150.031	122.611
Outros resultados abrangentes		(3)	(3)
Total do Passivo		4.865.771	4.805.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	
	Legal	Lucros		Acumulados	Total
Saldo no início do exercício de 2022					
Ajustes de avaliação patrimonial	200.000	123.356	(4)	-	336.161
Lucro líquido do exercício				134.131	134.131
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	6.707	-	(6.707)	-
Reserva de lucro	-	-	-	(127.424)	-
Aumento de Capital Social	100.000	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(47.685)
Saldo no fim do exercício de 2022	300.000	19.516	(3)	422.608	422.608
Saldo no início do exercício de 2023	300.000	19.516	(3)	422.608	422.608
Lucro líquido do exercício				27.420	27.420
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	1.371	-	(1.371)	-
Reserva de lucro	-	-	-	(26.049)	-
Saldo no fim do exercício de 2023	300.000	20.887	(3)	450.028	450.028
Saldo no início do 2º semestre de 2023	300.000	19.852	(3)	429.332	429.332
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(3)	(3)	-
Lucro líquido do semestre				20.699	20.699
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	1.035	-	(1.035)	-
Reserva de lucro	-	-	-	(19.664)	-
Saldo no fim do exercício de 2023	300.000	20.887	(3)	450.028	450.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Omni Banco S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras: As alterações advindas das Resoluções CMN nº 4.819/2020 e BCB nº 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2024.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e relações interfinanceiras que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de preço. **c) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:** *Aplicações interfinanceiras de liquidez:* São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. *Títulos e valores mobiliários:* A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. *Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:* As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. *Cessões de crédito:* As cessões de créditos realizadas a partir do 1º de janeiro de 2012, de acordo com o acordo nº 5.330/3 do CMN, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato. **e) Outros ativos: Despesas antecipadas:** São contabilizadas nas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas. **Custo de aquisição de carteiras:** São contabilizados valores pagos na aquisição de carteiras e a amortização é realizada com base na expectativa dos recebimentos. **Ativos não Financeiros Mantidos para Venda:** A Resolução nº 4.747 de 29 de agosto de 2019 dispõe sobre os critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda pelas instituições financeiras. Correspondentes a bens móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **g) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. **i) Passivos: Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **Demais passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **j) Provisões:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **Provisões - São reconhecidas contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. Obrigações legais - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **k) Resultados recorrentes/não recorrentes:** As políticas internas do Banco consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados recorrentes estão apresentados a seguir:**

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado não recorrente do período	-	-	4.993
Lucros na alienação de investimentos líquidos de impostos. (1)	-	-	-
Resultado recorrente do semestre/exercício	20.699	27.420	134.131
	20.699	27.420	129.138

(1) O Omni Banco alienou 100% de suas ações da empresa OMNI 1 Corretora de Seguros S.A. gerando um resultado não operacional de R\$ 9.078, em dezembro de 2022.

l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A alíquota atual em vigor para a contribuição social é de 20%. Entretanto através da Medida Provisória nº 1.115/2022, dos pontos de aplicação de 2022 a alíquota de contribuição social será reduzida para 15% a partir de 2023. **m) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: **- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o semestre em referência.** - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	2º Sem/2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponibilidades	877.353	1.066.752	10	10	10	10
Em moeda Nacional	10	10	10	10	10	10
Relações interfinanceiras	12.465	12.465	12.465	18.779	12.465	18.779
Em moeda Nacional	12.465	12.465	12.465	18.779	12.465	18.779
Aplicações	841.064	841.064	841.064	1.047.963	841.064	1.047.963
Aplicações interfinanceiras de liquidez	841.064	841.064	841.064	1.047.963	841.064	1.047.963
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	853.539	853.539	853.539	1.066.752	853.539	1.066.752
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(23.814)	(213.213)	740.685			

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa. Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição por vencimento

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Atualizado
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	375.455	1.895.544	327.806	2.598.805	2.598.805	1.957.434
Total	375.455	1.895.544	327.806	2.598.805	2.598.805	1.957.434

As Aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas como caixa e equivalentes de caixa totalizam R\$ 841.064 (R\$ 1.047.963 em 2022) nota 4.

b) Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Créditos vinculados a moedas eletrônicas	993	10.567	-	-
Créditos vinculados a operações de microfinanças	-	135	-	-
Total	993	10.702	-	-

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Carteira Própria	476.902	194.192	476.902	194.192
Títulos de Renda Fixa (1)	460.365	174.902	460.365	174.902
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	16.537	19.290	16.537	19.290
Vinculados à Prestação de Garantias	4.989	4.022	4.989	4.022
Títulos Dados em Garantias (1)	4.989	4.022	4.989	4.022
Total	481.891	198.214	481.891	198.214

(1) Disponíveis para venda; (1) Títulos para negociação; (1) Referem-se aos títulos dados em garantia para a B3, dos contratos futuros de DI. Em dez/23 as garantias referem-se ao saldo de moeda eletrônica, registradas na rubrica "Vinculados ao Banco Central", disponíveis para venda

b) Composição por vencimento:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Atualizado
Carteira Própria	17.259	459.558	85	476.902	476.902	194.192
Vinculados à Prestação de Garantias (1)	-	4.994	-	4.989	4.989	4.022
Total	17.259	464.552	85	481.896	481.891	198.214

(1) Os títulos vinculados a prestação de garantias estão marcados a mercado, o valor líquido de impostos é de R\$ 4.991.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários:

Descrição	2º Sem/2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados à garantia	25.015	38.766	16.545	-	-	-
Rendas de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	853	1.408	643	-	-	-
Posição Bancada	59.176	132.260	95.149	-	-	-
Em Depósitos interfinanceiros	183.053	384.853	245.146	-	-	-
Total	268.097	557.287	356.483			

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.



Omni Banco S.A.

CNPJ nº 60.850.229/0001-47

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

b) Despesas com Operações de Captações de Mercado e Operações de Empréstimos e Repasses

Descrição	2º sem. 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos a prazo	(260.395)		(526.537)		(318.456)	
Depósitos interfinanceiros	(961)		(1.702)		(1.112)	
Despesas de operações compromissadas	(207)		(671)		(860)	
Despesas temporárias de liquidez	–		–		(1.458)	
Outras despesas de captação ⁽¹⁾	(26.296)		(69.426)		(101.967)	
Total	(287.859)		(598.336)		(423.853)	

⁽¹⁾ Outras despesas de captação em sua maioria são representadas por despesas com Letras Financeiras.

10. OUTROS PASSIVOS

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto prazo	Total	Curto prazo	Total
Imposto de renda e contribuição social	302	302	689	689
Contribuição para o COFINS	841	841	1.785	1.785
Impostos e contribuições serviços de terceiros	152	152	381	381
Impostos e contribuições sobre salários	578	578	847	847
Imposto Sobre Serviços - ISS	64	64	138	138
Programa de Integração Social - PIS	137	137	290	290
Outros	78	78	34	34
Total	2.152	2.152	4.164	4.164

b) Outros passivos

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto prazo	Não circulante	Total	Total
Outras obrigações ⁽¹⁾	5.337	1.242	6.579	19.076
Comissões a pagar ⁽²⁾	–	1.379	1.379	3.992
Provisão para pagamentos a efetuar	1.194	–	1.194	1.374
Repasse Visa - operações cartões de crédito	8.559	–	8.559	9.323
Outras contas a pagar	1.289	–	1.289	593
Total	16.379	2.621	19.000	34.358

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a intercompany R\$ 2.013 (R\$ 2.256 em Dez/22) e valores a repassar bandeira operações R\$ 362 (R\$ 5.718 em Dez/22).

⁽²⁾ As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pelo Banco.

11. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

a) Composição das provisões

O Banco é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda para o provisionamento, utilizamos como critério as políticas internas da Omni.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo em	Constituição	Saldo em	Constituição
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	2.203	1.341	(1.073)	2.471
Ações fiscais	38.439	2.817	–	41.256
Total	40.642	4.158	(1.073)	43.727

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo em	Constituição	Saldo em	Constituição
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	2.038	828	(663)	2.203
Ações fiscais	42.901	2.338	–	38.439
Total	44.939	3.166	(663)	40.642

⁽¹⁾ Refere-se a provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra o Banco. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

b) Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda:

Perdas	31/12/2023				31/12/2022			
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Provisões	23	844	5	41.256	609	1.627	624	43.727
Possíveis	–	–	4	3.085	–	–	4	3.085
Total	23	844	9	44.341	609	1.627	628	46.812

Perdas	31/12/2023				31/12/2022			
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Provisões	15	916	4	38.439	464	1.287	483	40.642
Total	15	916	4	38.439	464	1.287	483	40.642

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	26.101	26.101	88.088	88.088
Adições	28.141	28.141	106.038	106.038
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.614	18.614	95.800	95.800
Provisão para contingências	3.085	3.085	–	–
Provisões operacionais	–	–	70	70
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	6.213	6.213	17	17
Despesas não dedutíveis	229	229	–	–
Outras adições	–	–	10.151	10.151
Exclusões	(53.009)	(53.009)	(191.806)	(191.806)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	–	–	(69.865)	(69.865)
Perdas com créditos - Lei nº 9.430	(52.879)	(52.879)	(69.959)	(69.959)
Reversão de provisão para contingências	–	–	(4.297)	(4.297)
Reversão de Provisões operacionais	(130)	(130)	–	–
Juros S/Capital Próprio	–	–	(47.685)	(47.685)
Lucro real antes da compensação	1.233	1.233	2.320	2.320
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(370)	(370)	(696)	(696)
Lucro real após a compensação	863	863	1.624	1.624
Total de imposto de renda e contribuição social (I)	62	(173)	(382)	(331)
Dedução incentivos fiscais	(19)	(173)	(244)	(331)
Adicional 10%	(62)	(62)	(138)	(138)
Ativo fiscal diferido	901	721	25.962	20.770

A "Medida Provisória" 1.115 de 28/04/2022 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras para 21% durante o período de agosto a dezembro/22.

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL a partir de 2020 (constituída)	274.262	274.262	275.698	275.698
Adições temporárias:	149.510	149.510	145.535	145.535
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 2018 (constituída)	137.826	137.826	134.097	134.097
Provisão para contingências a partir de 2019 (constituída)	1.402	1.402	994	994
Ajuste a valor de mercado	5	5	5	5
Demais provisões temporárias	10.277	10.277	10.439	10.439
Total das diferenças temporárias	423.772	423.772	421.233	421.233
Total do crédito tributário	105.943	84.754	105.308	84.247

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 4.842/20 do Conselho Monetário Nacional. Referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores do **Omni Banco S.A. - São Paulo - SP**. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Omni Banco S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não

temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesa de pessoal

Descrição	2º Sem. 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remuneração	(4.472)		(11.833)		(12.838)	
Encargos	(1.485)		(3.713)		(4.226)	
Benefícios	(1.140)		(1.181)		(2.588)	
Treinamentos	(18)		(18)		(136)	
Provisão PPR	(504)		(1.614)		(1.082)	
Total	(7.619)		(19.362)		(20.868)	

b) Despesas com Serviços de Terceiros

Descrição	2º Sem. 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas com comissões ⁽¹⁾	(30.086)		(50.266)		(56.613)	
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(726)		(7.307)		(28.556)	
Total	(30.812)		(57.573)		(85.169)	

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a comissões sobre financiamentos, acompanhamento de carteira e outros.

⁽²⁾ Referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º Sem. 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços de terceiros	(1.101)		(4.421)		(9.796)	
Serviços técnicos especializados	(395)		(696)		(816)	
Processamento de dados ⁽¹⁾	(10.161)		(20.060)		(20.842)	
Serviços do sistema financeiro	(1.497)		(3.192)		(4.845)	
Taxas e notificações	–		(34)		(105)	
Comunicações	(602)		(1.370)		(2.721)	
Promoções e relações públicas	(2)		(2)		(21)	
Despesas de alugueis	(163)		(453)		(1.183)	
Despesa de transporte	(27)		(50)		(12)	
Propaganda e publicidade	–		(31)		(29)	
Multa e juros sobre impostos e contribuições	(82)		(86)		(52)	
Despesa de seguros	(60)		(235)		(530)	
Depreciações e amortizações	(115)		(230)		(247)	
Outras despesas administrativas	(963)		(1.913)		(6.237)	
Total	(15.188)		(32.773)		(47.436)	

⁽¹⁾ Referem-se em sua maioria por desenvolvimento e manutenção de sistemas R\$ 9.750 (R\$ 9.447 em Dez/22).

d) Despesas tributárias

Descrição	2º Sem. 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesa com COFINS	(4.949)		(10.479)		(16.507)	
Despesa com ISS	(484)		(1.109)		(2.101)	
Despesa com PIS	(804)		(1.703)		(2.682)	
Outras despesas tributárias	(10)		(16)		(18)	
Total	(6.247)		(13.307)		(21.308)	

e) Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem. 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo de carteiras de créditos adquiridas	(16.886)		(37.509)		(52.652)	
Perdas em ações de perdas e danos	(203)		(728)		(1.188)	
Outras despesas operacionais - cartão de crédito ⁽¹⁾	(1.867)		(3.925)		(4.335)	
Perdas com fraudes	–		(3.830)		(64)	
Outras despesas operacionais	(1.617)		(2.863)		(2.591)	
Total	(20.573)		(48.855)		(60.830)	

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente as tarifas de saque de Cartões R\$ 3.274 (R\$ 4.306 em Dez/22).

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito: O Conglomerado Prudencial Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.745/19 possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a